



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/SECSTM/DIRAD/COPAM/SETRA

## TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS COMUNS - JMU 14.133

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### SERVIÇOS COMUNS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de SEGURO TOTAL para os veículos da frota oficial do Superior Tribunal Militar em todo o território nacional, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, haja vista se tratar de serviço cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem comercializados amplamente no mercado e consntante do Estudo Técnico Preliminar - JMU - 14.133 3541031.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da zero hora do dia 6 de julho de 2024 a 24 horas do dia 5 de julho de 2025.

1.3.1 A Vigência estabelecida nos itens 1.3 poderá ser prorrogada sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.3.2 - Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos são estabelecidas abaixo:

- Em 8 de março de 2023, fizemos a contratação do seguro para frota de veículos do STM, para o período de um ano, encerrando em 9 de março de 2024, conforme os seguintes documentos: Proposta Gente Seguradora S.A., SEI nº 3068871, Apólice de seguro, SEI nº 3156012.
- Durante o exercício de 2023, fizemos aquisição de alguns veículos e nos utilizamos da ferramenta de endosso de inclusão para segurar os veículos novos, conforme os seguintes documentos: Apólice de Seguro VAN - RED2I49, SEI nº 3227345, Apólice de Seguro VAN-SGU7J16, SEI nº 3289967, Apólice de Seguro VAN-SGV8B81, SEI nº 3342756 e Apólice de Seguro SGX6C81 VAN FURGÃO, SEI nº 3485057.
- Em complemento, houve fato relevante que foi a aquisição de 21 veículos, conforme processo SEI nº 002998/22-00.212. O Edital PE 33/2023, SEI nº 3324512, tinha sessão marcada para 18 de agosto de 2023. Ocorreu a licitação sem contratemos, sendo vencedora a empresa Toyota do Brasil, conforme contrato nº 29/2023, SEI nº 3350346. Os veículos foram entregues em 12/12/2023, com conferência e recebimento no dia 19/12/2023, conforme Termo de Recebimento de Material, SEI nº 3533555.
- Com o recebimento dos veículos definitivamente, tivemos acesso às placas dos veículos e chassis, informações imprescindíveis para endosso do seguro. Esclareço que, previamente, essa Seção de transporte, em 22 de agosto de 2023, SEI nºs 3596437, 3596440 e 3596443, já havia solicitado uma cotação para empresa contratada, que nos enviou proposta para atender endosso de substituição de 17 veículos e endosso de inclusão de 4 veículos, para o período de 20/09/2023 a 09/03/2024, com os seguintes valores, respectivamente, R\$8.450,00 e R\$4.588,00. Com essa informação, seguimos esperando os veículos chegarem, bem como esperávamos que os valores iriam diminuir, uma vez que o período de cobertura também iria diminuir. Entretanto, não houve uma diminuição proporcional ao período, e recebemos nova cotação, com datas e dados reais, com os seguintes detalhamentos: Período da proposta 15/01/2024 a 09/03/2024, com os seguinte valores R\$ 2.145,00 de endosso de inclusão de 4 veículos e R\$ 8.450,00 de endosso de substituição de 17 veículos.
- Concomitantemente a esses fatos, estávamos trabalhando na contratação do novo seguro da frota, processo SEI nº 027135/23-00.212, em que enfrentamos alguns desafios, pois trata-se de licitação a ser gerida sob a nova lei de licitações que será aplicada no Tribunal no exercício de 2024. Assim, ainda não existiam modelos de documentos aprovados para produzir o conteúdo da nova contratação. A fim de ter alguma resposta do mercado, elaboramos os documentos disponíveis à época, DFD, SEI nº 3563531, Estudo Técnico Preliminar, SEI nº 3541031 e Minuta de Termo de Referência, SEI nº 3541032. Dessa forma, enviamos esses documentos às empresas de seguros na esperança de haver valores que permitissem um processo mais célere, por dispensa (valor). Estudando as contratações de outros órgão, esta opção parecia cabível. Entretanto, recebemos propostas com valores bem acima do esperado, conforme documentos, SEI nº 3566231, SEI nº 3575471, SEI nº 3575475 e SEI nº 3575478.
- Devido a esses fatos, a Seção de Transporte, em decisão conjunta com a Coordenadoria da COPAM, a Diretoria de Administração e a Diretoria-Geral, a fim de dar andamento ao caso, resolveu realizar o endosso de Substituição de 15 veículos, conforme documentos SEI nº 3570231, SEI nº 3570459, SEI nº 3570496, SEI nº 3576125, SEI nº 3574732, SEI nº 3581339, e SEI nº 3585227. Com isso, conseguimos colocar os veículos novos, supracitados, em circulação com seguro até 9 de março de 2024. E, para nossa surpresa, o valor que era de R\$ 8.450,00, conforme citado anteriormente, alcançou o valor de R\$ 1.585,08. Assim, mostra-se que a falta de clareza nos valores dificultou as tomadas de decisões durante o processo também.
- Em complemento, na busca por soluções no mercado, nos foi apresentada a possibilidade de fazer uma prorrogação excepcional por 60 dias. A empresa CONTRATADA afirmou ser uma possibilidade apenas da própria detentora do seguro, não sendo permitida a contratação desse formato em outras empresas do mercado. Diante desse fato, estamos fazendo as pesquisas nas demais empresas para ter a certeza de fato dessa trava para as demais empresas. Assim, solicitamos a proposta de prorrogação excepcional à CONTRATADA e nos foi apresentado uma proposta no valor de R\$ 10.572,62, com vigência de 09/03/2024 a 09/05/2024, contemplando 47 veículos. Não estão

contemplados nessa proposta 6 veículos Toyota Corolla, adquiridos em 2023, e 15 veículos Ford Fusion, que foram substituídos no último endosso realizado.

- Em complemento, foi elaborada a Informação 3599253 que tratou os demais aspectos da contratação emergencial, e obteve autorização para sua realização no Memorando SECSTM 3601659.
- No processo 003126/24-00.212 (Veículo - &nbsp;Cadastro, Licenciamento, Emplacamento e Tombamento), foi realizada a contratação do seguro emercial por 120 dias, tendo como contratada a empresa Gente Seguradora, conforme Proposta GENTE SEGURADORA SA (3639465).
- Conforme Anexo I desse termo de referência a contratação em tela será para aquisição de seguro para 49 veículos pertencentes a frota do STM.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024 e visa assegurar cobertura total de veículos da frota do Superior Tribunal Militar, até o limite máximo de indenização contratado para cada cobertura, o recebimento de indenização em consequência direta da ocorrência dos riscos cobertos e expressamente convencionados nas coberturas e cláusulas contratadas expressas na apólice de seguro, respeitadas as regras estabelecidas nas condições gerais do seguro de eventuais sinistros, proporcionando assim, garantia frente a danos materiais e pessoais ao patrimônio em destaque.

2.2.1 Link de publicação do PCA no sítio eletrônico da Justiça Militar da União: 3565929;

2.2.2. Id do item no PCA: 12;

2.2.3. Classe/Grupo: Serviço/22764; e

2.2.4. Identificador da Futura Contratação: Contratação de Seguro de Veículos.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- colisão com veículos, pessoas, animais ou coisas, abalroamento, capotamento e choque;
- queda do veículo e queda de agentes externos sobre o veículo;
- acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;
- submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- granizo;
- raio e suas consequências;
- incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e os espelhos retrovisores;
- danos sofridos pelo veículo segurado durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
- RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);
- APP (Acidente por Passageiro).
- danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores;
- assistência 24 horas, ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos:
  - a) chaveiro;
  - b) assistência com socorro mecânico;
  - c) guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com limite de pelo menos 100 km;
  - d) transporte de passageiro e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;
  - e) transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.

3.2 A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor Divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), e, em caso de extinção ou interrupção da publicação desta, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

3.3 Havendo alguma alteração na frota de veículos, decorrente de transferência, doação, aquisição ou transferência, deve ser permitido fazer o endosso das entradas e saídas de veículos.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. DO SEGURO VEICULAR

4.1.1 O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- 4.1.1.1. colisão com veículos, pessoas, animais ou coisas, abalroamento, capotamento e choque;
- 4.1.1.2. queda do veículo e queda de agentes externos sobre o veículo;
- 4.1.1.3. acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros,

devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;

4.1.1.4. submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.1.1.5. granizo;

4.1.1.6. raio e suas consequências;

4.1.1.7. incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.1.1.8. roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e os espelhos retrovisores;

4.1.1.9. danos sofridos pelo veículo segurado durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;

4.1.1.10. RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);

4.1.1.11. APP (Acidente por Passageiro).

4.1.1.12. danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores;

4.1.1.13. assistência 24 horas, ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos:

a) chaveiro;

b) assistência com socorro mecânico;

c) guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com limite de pelo menos 100 km;

d) transporte de passageiro e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;

e) transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.

4.1.2 As coberturas oferecidas pela CONTRATADA que não estiverem listadas neste Termo de Referência, farão parte do contrato.

4.1.3 Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Tribunal no período da vigência do seguro.

#### 4.2 DA FRANQUIA

4.2.1. A Franquia considerada será a obrigatória, observados os seguintes itens:

4.2.1.1. Os valores da franquia deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice.

4.2.1.2. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite máximo estabelecido na apólice, não sendo cumulativas com a franquia de casco.

4.2.1.3. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ ou explosão.

4.2.1.4. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

4.2.1.5 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo STM prioritariamente à concessionária ou oficina que promover o conserto do veículo.

4.2.1.6 Caso a empresa que realizou o conserto do veículo não esteja com a documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

#### 4.3 DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

4.3.1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor Divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), e, em caso de extinção ou interrupção da publicação desta, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

4.3.1.1. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pelo STM, independentemente da quilometragem rodada no período.

4.3.1.2. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.3.2. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa, RCF DM (Danos Materiais de Terceiros), por veículo, será de R\$100.000,00;

4.3.3. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa, RCF DP (Danos Pessoais de Terceiros), por veículo, será de R\$50.000,00;

4.3.4. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP por Morte, por pessoa, será de R\$15.000,00;

4.3.5. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP por Invalidez, por pessoa, será de R\$15.000,00;

4.3.6. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo CONTRATANTE, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso.

4.3.6.1. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da

vigência da apólice;

4.3.6.2. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela CONTRATANTE.

#### 4.4. DO ENDOSSO:

4.4.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação, em até 10 dias, a contar do requerimento enviado à corretora de seguro credenciada;

4.4.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

4.4.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a CONTRATANTE;

4.4.4. Caberá a CONTRATANTE, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### 4.5. Da Exclusão:

4.5.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

4.5.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

4.5.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

4.5.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, a CONTRATANTE.

### Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a própria apólice objeto desse contrato é documento suficiente para garantia e execução do serviço.

### Vistoria

4.7. A vistoria é de caráter facultativo, podendo a fornecedor interessado vistoriar, previamente, os veículos a serem assegurados até o último dia anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das suas condições, mediante prévio agendamento de horário com a Seção de Transportes, do Superior Tribunal Militar, situada no Setor de Garagem Oficiais Norte – SGON, Quadra 5, Lote 8, Asa Norte, Brasília - DF, no horário das 13 às 17 horas, pelo telefone (61) 2101-0752.

4.8. A fornecedor interessado vencedora não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das condições dos veículos como justificativa para se eximir das obrigações assumidas decorrentes da licitação.

4.9. A vistoria constitui o meio hábil para a fornecedor interessado tomar conhecimento de todas as peculiaridades da contratação, momento em que lhe será oportunizado conhecer as rotinas do ambiente laboral do Superior Tribunal Militar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A cobertura de que trata o objeto deste Termo de Referência, terá sua vigência a contar da zero hora do dia 6 de julho de 2024 a 24 horas do dia 5 de julho de 2025.

5.1.2. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

5.1.3 O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

5.2 No caso de prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa.

5.3 No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATADA deverá considerar uma classe de bônus superior à classe em vigor, observadas as condições gerais do seguro contratado.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.

6.3.1. As comunicações formais entre o órgão e a Contratada devem ser feitas na forma de intimação administrativa eletrônica do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme [Ato Normativo 430, de 2020](#), reservado o uso de correio eletrônico institucional, via SEI, ou o uso de aplicativo de mensagem para telefone móvel como complemento dessa notificação.

6.3.2. As comunicações entre o órgão e a Contratada poderão ser feitas diretamente por meio de correio eletrônico institucional, via SEI, ou por meio de aplicativo de mensagem para telefone móvel, quando a situação exija celeridade ou quando a comunicação aborde atividades corriqueiras relativas à execução contratual, hipóteses em que deverá ser juntado aos autos o registro do diálogo ou a certidão da fiscalização, atestando a sua ocorrência.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União);

6.6.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União);

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).;

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União);

6.6.5. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União);

6.6.5.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.7. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União);

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à execução e à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União)

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no Termo de Homologação de Ateste. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas a sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

6.8.3. O gestor do contrato emitirá, por meio do Termo de Homologação de Ateste, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

6.8.4. O gestor do contrato apresentará, no Relatório de Irregularidades Contratuais, parecer fundamentado sobre a existência (ou não) de elementos informativos suficientes para formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

6.8.5. O gestor do contrato deverá, com o apoio dos registros dos fiscais, manter atualizado o mapa de

risks elaborado na fase de planejamento da contratação, após a ocorrência de eventos relevantes.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

6.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável pelo pagamento dos serviços para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Não haverá medição de resultado pelas características da operação do seguro, em que o CONTRATANTE paga um prêmio para utilização de um serviço. Esse serviço será regido pelas obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA, estabelecidas nesse termo de referência e outros documentos vinculados à essa contratação. Pelo descrito, fica inviabilizado a medição de resultados durante a execução dos serviços.

### Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da Justiça Militar da União).

7.2.1. A fiscalização será responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, cumprindo-lhe determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.2.2 As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.

7.2.3 Deixamos à disposição os contatos da unidade demandante/fiscalizadora para futuros contato com a empresa CONTRATADA, Endereço: Setor de Garagem Oficiais Norte – SGON, Quadra 5, Lote 8, Asa Norte, Brasília - DF, com funcionamento das 13 às 17 horas, telefone (61) 3313-9315, e-mail: setra@stm.jus.br.

### Liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente, para fins de liquidação, deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data da emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar;

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e

7.3.7. descrição do valor unitário e quantidade dos itens do serviço prestado.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta; e

7.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

### Prazo de pagamento

7.7. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da da conclusão do Termo de Ateste - Serviços Comuns, conforme seção anterior, nos termos do Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da JMU.

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente:

$$AF = I \times N \times VP$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

### Forma de pagamento

7.9. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. O pagamento será efetuado pela Administração em parcela única, quando do recebimento definitivo das apólices.

7.13.1 As Apólices devem ser apresentadas conforme especificações técnicas, constante do item 3, desse termo de referência.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento, menor preço.

### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será a prestação de serviço associado, regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação por tempo determinado.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Autorização para exercício da atividade a ser contratada:** Apresentar certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto n.º 60.459/67.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado foi levantado pela Seção de Transporte no Estudo Técnico Preliminar - JMU - 14.133 3541031, alcançando o valor de unitário de R\$1.034,925 e foi renovada a análise na Informação 3752624, que encontrou o valor médio de R\$1.191,27 (Um mil cento e noventa e um reais e vinte e sete centavos). Esse último valor médio foi utilizado no Mapa Comparativo de Preços (3757721), que totalizou um valor de R\$58.372,23 (Cinquenta e oito mil trezentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos), sendo o valor estimado para essa contratação.

9.1.1 A proposta deverá contemplar o seguro total de 49 veículos com vigência da zero hora do de 6 de julho de 2024 a 24 horas 5 de julho de 2025.

9.1.2 A lista de veículos encontra-se no documento no anexo I desse Termo de Referência.

9.1.3 Disponibilizamos também as apólices de seguro a fim de subsidiar a contratação, documentos SEI nº 3605330, 3605334, 3605337, 3605340, 3605365 e 3605370.

## 10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus

anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

10.6. Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

10.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

10.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12 Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitado;

11.3. Garantir assistência 24 horas.

11.4. A Seguradora responderá pelos danos ocorridos aos veículos segurados em circulação, parados ou durante seu transporte, produzidos por causas alheias à vontade da Seguradora ou do condutor:

11.4.1. colisão com veículos, pessoas, animais ou coisas, abalroamento, capotamento e choque;

11.4.2. queda do veículo e queda de agentes externos sobre o veículo;

11.4.3. acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;

11.4.4. submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

11.4.5. granizo;

11.4.6. raio e suas consequências;

11.4.7. incêndio e explosão decorrentes de qualquer causa;

11.4.8. roubo ou furto total;

11.4.9. danos sofridos pelo veículo segurado durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;

11.4.10. os danos causados pela tentativa de roubo/furto;

11.4.11. RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);

11.4.12. APP (Acidente por Passageiro).

11.4.13. Além das coberturas referidas nos itens anteriores, haverá cobertura adicional com os seguintes itens:

11.4.13.1. danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores;

11.4.13.2. assistência 24 horas, ao veículo e aos passageiros, com os seguintes serviços mínimos:

11.4.13.3. chaveiro;

11.4.13.4. assistência com socorro mecânico;

11.4.13.5. guincho dentro e fora do Distrito Federal, com limite de pelo menos 100 km;

11.4.13.6. transporte de passageiro e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;

11.4.13.7. transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.

11.5. Emitir e entregar a apólice do seguro, em até 20 dias, a contar do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

11.6. Fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações sobre quais as providências a serem tomadas em casos de sinistro.

11.7 Autorizar a execução dos serviços de reparação em até dois dias úteis, a contar da comunicação oficial feita pelo Contratante:

11.7.1. O pagamento do seguro em decorrência de sinistro, quando for o caso, será efetuado pela Contratada;



11.7.2. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com o Contratante, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

11.8. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais resultantes da contratação.

11.9. Manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Contratante e ao SICAF, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou se tornem desatualizados.

11.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

11.11. Garantir a segurança dos veículos, a partir do início da vigência do contrato;

11.12. Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.

11.13. Nos procedimentos de comunicação e cobertura de sinistros, os dados pessoais de condutores dos veículos da frota e representantes legais do CONTRATANTE, bem como os dados de terceiros deverão ser resguardados pela CONTRATADA, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

11.14. Garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do Contratante, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos;

11.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos;

11.17 Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

11.18 É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

## 12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2., 12.1.3. e 12.1.4. do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8. do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas 12.1.2., 12.1.3. e 12.1.4., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3 Multa moratória:

Obrigação	Base de Cálculo	Percentual	Incidência
Item 4.3.6.2 - A emissão de Endosso	Prêmio de seguro do veículo	1,0%	Por dia de Atraso

Item 4.4.1 - Envio de orçamento de endosso	Prêmio de seguro do veículo	1,0%	Por dia de Atraso
Item 4.3 Indenização da cobertura devida e, até o limite das respectivas importâncias, os prejuízos diretamente resultantes dos riscos cobertos pelas garantias contratadas pelo Contratante para as pessoas e para o veículo.	Importância Segurada	5,0%	Por ocorrência
Indisponibilidade da Assistência 24h	Valor do Contrato	1,0%	Por ocorrência
Item 11.5 Emitir e entregar a apólice do seguro	Valor do contrato	1,0%	Por dia de atraso
Item 11.7 Autorizar a execução dos serviços de reparação	Prêmio de seguro do veículo	1,0%	Por dia de Atraso

12.3.1. Nas hipóteses do item acima, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato ou instrumento equivalente;

#### 12.4 Multa Compensatória

12.4.1. de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato;

12.4.2. de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, caso não haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a rescisão unilateral do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6.2. A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

12.6.2.1. Será considerado irrisório valor inferior a R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

12.6.2.2. No caso de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

12.6.2.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

12.6.2.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse prazo, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.

12.6.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 12.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

### 13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis, uma vez que contemplam o valor certo para um período definido e exposto nesse termo de referência

13.2. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver

### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.1.1.1. Gestão/Unidade: Diretoria de Administração;

14.1.1.2. Fonte de Recursos: 1000000000;

14.1.1.3. Programa de Trabalho: 167544 - Julgamento de Processos e Gestão Administrativa;

14.1.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69;

14.1.1.5. Categoria da Demanda: 20.JUPROC.33903969.22764;

### 15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

LÚCIO NUNES CRISTOFARI

ANALISTA JUDICIÁRIO

BRASÍLIA, 08 DE FEVEREIRO DE 2024.

ANEXO I - Relação de Veículos Frota STM

**Relação de veículos do SIM - SEGURO 2024**

Nº	Veículo/Mod.	Ano	Placa	Comb.	RENAVAM	Chassi
1	TOYOTA Hilux SW4 SRV D4 - D 4X4 163 cv	09/09	JHN 6313	DIESEL	139897259	8AJYZ59G59303378
2	VW CAMINHÃO 5-140 E DELIVERY 137 cv	06/07	JJE 4227	DIESEL	915481120	9BWA932P07R70122
3	AMBULANCIA FIAT DUCATO MAXI CARGO 2.8 FURGÃO	08/08	JGC 6271	DIESEL	970254571	93W245G338202475
4	SPRINTER MB 313 CDI 129 cv	11/12	JIZ 0635	DIESEL	419513957	8AC903672CE05596
5	SPRINTER MB 313 CDI 129 cv	11/12	JIZ 0625	DIESEL	419512985	8AC903672CE05599
6	SPRINTER MB SPR 516 163 cv	19/20	RED 2149	DIESEL	1228027983	8AC907855LE18007
7	TRANSIT 460 B	23/23	SGV 8B81	DIESEL	1363486931	WF0JTTBF3PU01095
8	TRANSIT cargo 350 F	22/23	SGU 7J16	DIESEL	1351178447	WF0BTTVD5PU00359
9	MASTER 2.3 Furgão	23/23	SGX 6C81	DIESEL	1351178447	93YF62009RJ66702
10	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1740	FLEX	999821709	9BWPB4527E412954
11	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1741	FLEX	999821407	9BWPB452XE412626
12	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1742	FLEX	999821130	9BWPB4525E412951
13	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1743	FLEX	999820800	9BWPB4525E412528
14	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1744	FLEX	999820494	9BWPB452XE412531
15	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1745	FLEX	999820176	9BWPB452E412564
16	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1746	FLEX	999819739	9BWPB4526E412567
17	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1747	FLEX	999822390	9BWPB4527E412956
18	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1750	FLEX	999822080	9BWPB4525E412524
19	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1748	FLEX	999818821	9BWPB4524E412562
20	SPACE FOX 1.6, TREND GII 104 cv	13/14	OVT 1749	FLEX	999818317	9BWPB4525E412528
21	FORD/FOCUS GLX 2.0 Autom. 145 cv	10/11	JVF 9949	FLEX	254594913	8AFTZZFFCBJ36181
22	FORD/FOCUS GLX 2.0 Autom. 145 cv	10/11	JIF 9989	FLEX	255010265	8AFTZZFFCBJ35897
23	TOYOTA Corolla GLI A/T 1.8 16V Autom. 144 cv	11/12	JIL 7341	FLEX	415375380	9BRBL42E5C472616
24	TOYOTA Corolla GLI A/T 1.8 16V Autom. 144 cv	11/12	JIL 7331	FLEX	415248108	9BRBL42E8C472606
25	TOYOTA Corolla GLI 1.8 Autom. 136 cv	10/11	JHT 1121	FLEX	282050094	9BRBB42E3B515293
26	TOYOTA Corolla GLI 1.8 Autom. 136 cv	10/11	JHT 1131	FLEX	282051210	9BRBB42E9B515211
27	TOYOTA Corolla GLI 1.8 Autom. 136 cv	10/11	JHT 1141	FLEX	282051945	9BRBB42E6B515069
28	TOYOTA Corolla GLI 2.0 Automático	20/20	RED 8E82	FLEX	1227154841	9BRB33BE8L202552
29	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E06	FLEX/HIBRIDO	1371695501	9BRBY3BE1R405532
30	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E21	FLEX/HIBRIDO	1371703571	9BRBY3BEOR405527
31	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E25	FLEX/HIBRIDO	1371705310	9BRBY3BE3R405525
32	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E30	FLEX/HIBRIDO	1371745088	9BRBY3BE9R405538
33	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E38	FLEX/HIBRIDO	1371718030	9BRBY3BE7R405527
34	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E42	FLEX/HIBRIDO	1371719621	9BRBY3BE7R405533
35	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E46	FLEX/HIBRIDO	1371721464	9BRBY3BEXR405516
36	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E49	FLEX/HIBRIDO	1371724501	9BRBY3BE4R405519
37	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E52	FLEX/HIBRIDO	1371726598	9BRBY3BE9R405507
38	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E54	FLEX/HIBRIDO	1371727896	9BRBY3BE6R405501
39	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E56	FLEX/HIBRIDO	1371731796	9BRBY3BE5R405510
40	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E58	FLEX/HIBRIDO	1371732873	9BRBY3BE4R405470
41	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E60	FLEX/HIBRIDO	1371734175	9BRBY3BEOR405471
42	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E65	FLEX/HIBRIDO	1371736305	9BRBY3BE5R405448
43	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E67	FLEX/HIBRIDO	1371737077	9BRBY3BE3R405485
44	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E69	FLEX/HIBRIDO	1371738111	9BRBY3BE8R405479
45	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E71	FLEX/HIBRIDO	1371739916	9BRBY3BE2R405496
46	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E73	FLEX/HIBRIDO	1371742038	9BRBY3BE7R405490
47	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E76	FLEX/HIBRIDO	1371743085	9BRBY3BE3R405453
48	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E77	FLEX/HIBRIDO	1371743786	9BRBY3BE6R405439
49	TOYOTA Corolla Altis HV	23/24	SSF2E78	FLEX/HIBRIDO	1371744596	9BRBY3BE6R405431

**TOTAL DA FROTA = 49 VEÍCULOS**

## ANEXO II - LGPD

### DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da licitação/execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da licitação/contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da licitação/execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
3. O fornecedor interessado responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da licitação/execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o STM, para a execução do serviço objeto desta licitação/contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da fornecedor interessado, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).
5. O fornecedor interessado, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo STM.
6. O fornecedor interessado fica obrigada a comunicar ao STM em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.
7. O fornecedor interessado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no Aviso de Contratação Direta/contrato.
8. O fornecedor interessado não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no Aviso de Contratação Direta/contrato.
9. O fornecedor interessado ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo CONTRATANTE.
- 10. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.**

## ANEXO III - NEPOTISMO

### DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

IDENTIFICAÇÃO	
01 - Nome	
02 - CPF	03 - Telefone
04 -Vínculo com a JMU ( ) Colaborador terceirizado que presta serviços na JMU ( ) Sócio de empresa que firmou contrato proveniente de Licitação ( ) Sócio de empresa que firmou contrato proveniente de Dispensa de Licitação ( ) Sócio de empresa que firmou contrato proveniente de Inexigibilidade de Licitação ( ) Outro Tipo de Vínculo - Especificar abaixo:	
05 - Razão Social da Empresa e CNPJ	

Considerando o disposto na Resolução nº 7/05, do Conselho Nacional de Justiça, declaro para os devidos fins que:	
( ) <u>não sou</u> cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou servidor da Justiça Militar da União,	
( ) <u>sou</u> cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou servidor da Justiça Militar da União.	
07 - Nome do servidor ou magistrado	08 - Grau de parentesco
Declaro, ainda, estar ciente de ser o responsável pela atualização das informações aqui prestadas, nos termos da Resolução nº 7/05, do Conselho Nacional de Justiça.	

Brasília, ..... de ..... de 2024.

ASSINATURA

(NOME DO RESPONSÁVEL)

(CARGO DO RESPONSÁVEL)



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO NUNES CRISTOFARI, ANALISTA JUDICIÁRIA - Área de Apoio Especializado - Administração**, em 10/06/2024, às 16:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3787639** e o código CRC **D2FBF546**.